

APRESENTAÇÃO:

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E USOS DO PASSADO

Nesta edição, apresentamos o dossiê intitulado *Memória, Patrimônio e usos do passado*, por meio do qual buscamos estimular olhares para as reflexões teóricas estabelecidas entre memória, patrimônio e os usos do passado. O intuito desse dossiê foi o de expandir o escopo do pensamento, utilizando-se de campos de estudos variados a partir de marcadores teóricos e metodológicos que rompem com uma visão única de um passado, de uma lembrança que muitas vezes possui as marcas da vida daqueles que se encontram em uma sociedade que vibra, que sente em suas carnes, em seus corpos a resistência da memória e o silenciamento de fatos relegados ao esquecimento. No escopo desta edição da Revista Espacialidades, você encontrará diferentes expressões do pensamento que se alinham ao que propomos: o pluralismo, a diversidade e a desconstrução de um olhar sobre o significado da recordação.

Nos trabalhos publicados, trouxemos autorias de múltiplos pesquisadores científicos de diversas regiões do Brasil. Assim, a Espacialidades deste semestre procura ampliar as fronteiras do debate sobre a memória e o patrimônio, que aparecem muitas vezes como conceitos pares nas reflexões historiográficas. Embora a memória encontre outras formas de manifestação, sua expressão pública privilegiada é, de fato, o patrimônio, o qual incorpora em seu conteúdo uma dada memória que por meio dele é socialmente reproduzida e, não raras vezes, ressignificada – uma vez que a memória não consiste em um conteúdo estanque alusivo a um passado morto. Antes de pensarmos tal articulação, entretanto, faremos uma rápida decomposição de tais conceitos, especialmente sob o enquadramento do escopo da revista, para em seguida encadear as ideias inscritas em cada um deles, arrematando, por fim, com um dos grandes desafios que se impõem aos historiadores em nossos dias: os usos do passado. Ao final desta apresentação,

teremos amarrado as pontas dessas três expressões em torno das quais se organiza o presente dossiê.

A memória é a forma pela qual indivíduos e grupos pretendem resistir ao tempo que ameaça dissolver suas experiências, lançando-as em um passado inacessível.¹ Pela memória, nos esforçamos por recuperar os resíduos de vida que jazem sob as ruínas do tempo e do esquecimento, aferrados à ilusão de que é possível fazer o passado ressurgir. Pode, portanto, apresentar uma dimensão individual ou coletiva, privada ou pública.

No campo individual e privado, a memória se manifesta nas folhas envelhecidas de cartas antigas guardadas com carinho, nas fotografias preservadas em álbuns velhos, nas páginas riscadas de livros e cadernos carcomidos. Do mesmo modo, por meio dos relatos dos avós nos conectamos a uma dada versão do passado, que pode ser reforçada pelos ritos que celebram a vida, como no caso dos aniversários, ou a morte, como nos ofícios fúnebres. Todos esses exemplos nos remetem a uma característica fundamental da memória, a saber, a dimensão afetiva que ela encerra.

No campo coletivo, especialmente em sua manifestação no espaço público, a memória se incorpora de maneira privilegiada naquilo que hoje definimos como patrimônio, seja ele material ou imaterial. Desde a Segunda Guerra Mundial, e sobretudo desde os anos 1980, a questão do patrimônio e da patrimonialização vem ganhando amplitude, desafiando os pesquisadores a produzirem reflexões sobre os seus significados para a vida cultural. O patrimônio se tornou objeto de políticas públicas, sendo concebido como algo a que os grupos sociais têm direito, como questão, portanto, de cidadania. Memória e patrimônio encerram, desse modo, uma profunda dimensão ética e política. Vale ressaltar, sob tal perspectiva, que concorrem para a constituição ou afirmação de identidades coletivas. Hoje, variados grupos sociais reivindicam estatuto patrimonial para práticas culturais até então desconsideradas pelo poder hegemônico, razão pela qual a pesquisa acadêmica nesse

¹ Cf. CANDAL, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019 (5ª reimpressão). p. 13.

campo apresenta implicações éticas inescapáveis que dizem respeito ao resgate de tradições, vidas e memórias.²

Ao concluirmos que o patrimônio é objeto de disputas e reivindicações de grupos sociais submetidos à violência do esquecimento ou do não reconhecimento de seu passado, assumimos ao mesmo tempo que o passado se presta a diversos usos, conforme os interesses daqueles que o mobilizam. Esse é um reconhecimento fundamental, especialmente em nossos dias, quando assistimos a um enorme esforço por parte de grupos reacionários no sentido de reabilitar passados de violência, como a ditadura militar brasileira, por exemplo. Ao mesmo tempo em que coletividades mobilizam o passado em suas lutas por cidadania, outros grupos lançam mão dele para legitimar os seus projetos de dominação, fazendo prevalecer o seu enunciado como o representativo autêntico de toda a sociedade, enquanto trata com profunda violência as reivindicações desviantes daquilo que definem como padrão, que fogem à identidade resultante do discurso hegemônico. Assim, memória e patrimônio são mobilizados o tempo inteiro por ideologias que se esforçam por consagrar ou apagar determinado personagem da história ou determinada perspectiva do passado.

Nós, da Revista Espacialidades, acreditamos que o presente dossiê tem o potencial de renovar o interesse por esse debate, e apresenta ao público leitor uma variedade de textos que abordam sob ângulos diferentes as categorias encadeadas no título. Ao tornar pública a contribuição de cada articulista, a revista Espacialidades contribui com a tarefa ética e política mencionada acima. Dito isso, agradecemos a contribuição de todos (as) os (as) autores (as) por disponibilizarem generosamente seus artigos. Esperamos que o público aprecie os textos, divulgue o conteúdo deste novo dossiê, e que futuramente possam contribuir com as publicações seguintes.

Assim, abrindo o dossiê temático temos o artigo *Uma possível forma de valorização local: a Educação Patrimonial para as comunidades do entorno do Sítio Arqueológico*

² Ver: Gagnebin, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? In.: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 97-106.

Lajeiro do Escrivão em São João do Sóter – MA de autoria de Maykon Albuquerque Lacerda, mestrando em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e Maria do Amparo Moura Alencar Rocha, doutoranda em História da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), investiga a área que compreende o sítio arqueológico do Lajeiro do Escrivão, localizada no Maranhão, e sua relação com a formação de uma educação patrimonial dos moradores rurais estabelecidos no entorno desse local. A pesquisa busca ampliar e ressaltar o conhecimento histórico e interdisciplinar da Região dos Cocais, relacionando-a com o cultivo e fomento a uma Educação Patrimonial dos habitantes da região que proporcione a construção sobre a memória e identidade do lugar.

O seguinte texto da historiadora Janaína Cardoso de Mello, doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no artigo intitulado *Cidade patrimônio da humanidade: paisagem urbana, histórico-cultural e socioeconômica de Lima, Peru* tem como objetivo investigar os documentos referentes a candidatura da cidade de Lima (Peru) ao título de Patrimônio Mundial da Unesco. Mello centra sua análise no centro histórico de Lima, examinando o desenvolvimento das áreas urbanas que são consideradas patrimônio histórico do país. A reflexão proposta pela autora evidencia quais tipos de ações foram tomadas pelas instituições responsáveis por gerir esses espaços.

Na sequência temos o artigo *A monumentalização do sagrado: o registro de patrimônio imaterial como processo de territorialização dos povos indígenas do Alto do Rio Negro*, de autoria de Pedro Henrique da Silva Paes, doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), analisa o sentido da territorialidade e da territorialização dos povos Tariano e Tukano, no estado do Amazona, a partir da reafirmação identitária desses grupos em processo de registro do patrimônio imaterial. Elementos que compõem o espaço natural e as práticas socioculturais da territorialidade indígenas são evocados para analisar como o lugar e o território fomentam a monumentalização do espaço sagrado indígena – a Cachoeira do

Iauaretê – em um processo de reivindicação política do patrimônio. Em suma, o artigo permite compreender a inserção de territórios e bens culturais indígenas, historicamente “ocultados” no contexto do Estado-nação, podem ganhar protagonismo e reconhecimento como patrimônio brasileiro.

Em seguida, o texto *Dois projetos em um só prédio: uma análise do caso do DOPS da cidade do Rio de Janeiro*, da mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, Larissa Vitória Ivo, aborda os conflitos de Memória relacionados às narrativas de grupos que disputam o prédio do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS). O primeiro grupo que disputa o local, a Polícia Civil do Rio de Janeiro e movimentos dos Direitos Humanos, buscam transformar o prédio em um memorial para os desaparecidos e presos políticos da Ditadura Civil-Militar Brasileira. O outro lado, deseja que o espaço se transforme em um local de comercial. Dessa forma, essa disputa entre projetos para o antigo prédio do DOPS será analisada com base em notícias veiculadas nos jornais *BBC* e o *O Globo*.

O artigo *As memórias sensíveis em perspectiva: as experiências limítrofes do século XX entre a recordação e o esquecimento* de autoria de Rodrigo Musto Flores, doutorando em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tem como objetivo analisar as experiências traumáticas do século XX. Para isso, faz-se uso dos conceitos de memória, trauma e identidade social estabelecendo uma relação com eventos traumáticos desse século. A relação estabelecida entre memória e trauma é feita a partir de acontecimentos como as Guerras Mundiais e as mudanças de ordem política e econômica. As memórias tecidas a partir de experiências traumáticas corroboram com um sentimento de pertencimento que se conectam a partir de testemunhos vividos em experiências coletivas. Resumindo, o artigo permite compreender de que forma a memória é mutável e essas mudanças são guiadas pelo presente para se permitir entender a experiência do trauma coletivo e individual.

Dando continuidade temos o artigo *Conjuntos urbanos tombados no Ceará: atribuição do valor de testemunho histórico como uma escrita do patrimônio* de Daniel Barreto Lopes, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional-IPHAN; o autor busca analisar a utilização da escrita da história como atribuição de valor de testemunho histórico, relacionando-a com conjuntos urbanos patrimonializados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN no Ceará. Como objetivos do artigo o autor busca apresentar caminhos na compreensão do processo de patrimonialização de conjuntos urbanos do estado do Ceará, entre os anos de 1978 a 2003 e sua relação com uma escrita da história baseada em uma atribuição de valor de testemunho histórico, destacando a instrumentalização da história como forma de produção e visualização do passado.

O artigo *São Paulo e a efemeridade do moderno: o Hotel Victoria e sua trajetória através dos periódicos na primeira metade do século XX*, de Letícia Dias Muniz, graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), busca tecer a análise a respeito da formação e remodelação do centro da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Para isso, delimita-se o objeto de estudo a Hotel Victória, que é analisado com base em matérias e anúncios publicitários dos periódicos. Dessa forma, o texto aborda o Hotel Victória tendo como plano de fundo a modernização da cidade de São Paulo.

O texto *Um guardião de memórias: o Memorial Cristo Rei da Universidade Federal do Maranhão*, de Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira, mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), analisa a institucionalização do Memorial Cristo Rei da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tornando-o um lugar de memória da dita universidade. Uma edificação histórica e imponente que já abrigou famílias maranhenses abastadas, foi adquirida pela UFMA nos anos 1970. Tal edifício passou a sediar parte da reitoria da UFMA até ocorrer um grave incêndio em 1991, ocasionando a perda de arquivos relevantes sobre a universidade. Discutiu-se então a necessidade da preservação da memória da UFMA, razão pela qual se instituiu o Memorial Cristo Rei em 1996. O artigo aborda a importância do memorial como espaço viabilizador da construção e

da manutenção da memória dos indivíduos envolvidos com a universidade, bem como toda a sociedade maranhense.

O artigo intitulado *O disegno da cidade de cajazeiras - PB (1920 a 1940): uma proposta de educação patrimonial*, escrito por Janaína Valéria Pinto Camilo, pós-doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e Katiana de Sousa Vale, graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campus Cajazeiras-PB, apresenta resultados da pesquisa sobre o patrimônio cultural material do centro histórico da cidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba. Através das edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, foi feito um trabalho de intervenção educativa, por meio de uma ferramenta de website, que visa difundir a memória e a conservação histórica da cidade. A experiência relatada no texto é advinda da realização de atividades no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Em seguida, O artigo *O desfile dourado dos faraós (2021): múmias, museus e identidade nacional egípcia*, das autoras Nina Ingrid Caputo Paschoal, doutoranda em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção, doutoranda no programa de pós-graduação em História e Arte da Universidad de Granada; Francismara de Oliveira Lelis, doutoranda no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ); faz uma análise do desfile dourado dos faraós, que ocorreu no Cairo, Egito, a partir de elementos visuais e orais presentes no evento. O início da Egíptologia, assim como a espoliação de bens históricos foram elementos que contribuíram para o turismo massivo dentro do território egípcio. O Egito se pautou na reapropriação do passado faraônico para auxiliar na formação de seu nacionalismo. Os egípcios se apropriam da imagem orientalista ocidental em benefício próprio, como por exemplo a ideia de “Egito Eterno”, com o intuito de unificar o povo, além de ter sido utilizado no Desfile dourado dos faraós. Em suma, o artigo pretende discutir de que forma o Egito utilizou no desfile

o passado faraônico com intenções políticas e nacionalistas para se aproximar do ocidente e da contemporaneidade.

Em *A memória como objeto da História: um estudo sobre as histórias de Trancoso em Caetés-PE*, os autores Emanuel da Silva Oliveira, doutorando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE), e Ana Lúcia Nascimento Oliveira, doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e docente da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), escrevem sobre como as conhecidas “histórias de Trancoso” podem estar relacionadas com a memória de uma comunidade e as relações que se estabelecem dentro do espaço de Caetés, uma cidade do interior de Pernambuco, em dinâmicas com a identidade, a memória e os contos orais já mencionados. Esses contos de Trancoso são criados para as crianças como narrativas de realismo fantástico e passados geracionalmente entre as famílias. Para o autor, a representação que contém nas histórias dialoga diretamente com a memória, o que faz com que esta última - sendo objeto da História - possibilite a nós uma forma de pensar o processo histórico que se apresenta em narrativa e é repassado através da oralidade.

A doutoranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro, no artigo *Memória, Patrimônio e Museologia: importância das dimensões sociais* constrói uma revisão bibliográfica, apresentando e aprofundando os conhecimentos dos conceitos de memória, patrimônio e museologia. Na discussão, a autora propõe que esses conceitos são construções sociais e conseqüentemente espaços de disputa, em que sempre há o predomínio de uma narrativa hegemônica. O trabalho traz como reflexão pensar a Memória, o Patrimônio e a Museologia como espaços coletivos, responsáveis por resgatar e construir o sentimento de pertencimento.

O texto da doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Bruna Valença Mallorga, que tem por título *Destombamentos no âmbito do*

Sphan: os casos do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, visa discutir, majoritariamente, sobre dois processos de tombamentos que foram cancelados pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Os processos são relativos ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos – Itaverá – Cidade de São João Marcos, localizado em Rio Claro-RJ e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre-RS. Para tal, a autora irá discutir como estes dois processos diferentes são relacionados entre si, mas também interferem diretamente na relação do espaço com a comunidade em que estão inseridos, pensando quem são os atores, os lugares e os documentos oficiais que são cruciais na discussão.

O próximo artigo apresentado é o texto *Entre a ruína e o retorno: os spomeniks iugoslavos na atual república da Croácia* de Mariana Hebling Alen Loureiro, mestranda em Estudos do Leste Europeu e Eurásia na Universidade de Bolonha e bacharel em História pela Universidade de São Paulo. Em seu artigo Mariana busca mapear e identificar o estado dos monumentos localizados na atual Croácia e que foram construídos como símbolos da fundação da República Federativa Socialista da Iugoslávia como nação; fazendo a utilização de um levantamento quantitativo, a autora busca analisar os esforços de preservação, as tentativas de destruição e as modificações e apropriações em torno desses espaços, em um contexto de afirmação de uma cultura nacional croata.

O artigo intitulado *A ponte monumental de Niemeyer: Narrativa e imaginário como campos de disputas por meio de uma nomenclatura* foi escrito pelo mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGFA) da Universidade de Brasília, Arthur Gomes Barbosa. O estudo em questão faz uma reflexão sobre as disputas simbólicas ligadas à Ponte Monumental, projetada por Oscar Niemeyer, em Brasília. Inaugurada com o nome do ditador Costa e Silva, a ponte carrega símbolos de um período histórico, cuja memória e os objetos urbanos, eram associados a símbolos do poder reacionário.

Nesse artigo, buscou-se fazer uma reflexão a respeito das construções narrativas da memória, presentes nos espaços urbanos.

Lugares sagrados Jiriripankó: o terreiro e o poró enquanto patrimônios culturais indígenas no Sertão de Alagoas, artigo escrito por Lucas Emanuel Soares Gueiros, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), discute a construção de um espaço de manifestações religiosas enquanto um patrimônio cultural. O autor nos apresenta uma série de características socioculturais da comunidade indígena Jiriripankó, relacionando com o ambiente considerado sagrado pelo mesmo povo, e como esse espaço é também um lugar de memória, socialização e construção de identidade, sendo assim, como nos mostra o autor, por apresentar todas essas características, o terreiro e o poró, se constituem enquanto patrimônios culturais para o seu povo.

O texto seguinte, intitulado *O patrimônio cultural urbano e suas complexas relações com o museu da cidade de Governador Valadares/MG*, de autoria do graduado em História (UNIVALE) e doutorando em Ciência da Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais, debate acerca das relações entre o Museu da Cidade de Governador Valadares/MG e os patrimônios históricos e culturais da cidade. Para isso, é realizada uma discussão sobre a relação entre memória, museu e patrimônio e abordada a historicidade da cidade em questão. Dessa forma, o artigo analisa o acervo do museu e de outros patrimônios históricos para compreender de que forma as identidades locais são acometidas com a re(construção) do meio urbano e dos cenários da instituição.

Patrimônio histórico e humanidades digitais: o uso do mymaps no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife, é o artigo dos autores Arnaldo Martin Szlachta Junior, doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá, e de Ana Camila Tarquino da Gama, graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pretende analisar as perspectivas de Ensino de História através do uso de recursos digitais. Para isso, debate-se sobre o conceito de patrimônio, situando a produção social da memória da ditadura e como ela se relaciona com o patrimônio histórico. Sendo assim, objetiva-se trabalhar “mapas virtuais” para trabalhar a

Educação Patrimonial a partir dos “lugares de memória” da ditadura civil-militar do Recife.

O artigo, *O passado e a memória como instrumentos decoloniais na prática da sociomuseologia: Analisando a Exposição Jardim das Memórias*, do autor Matheus Bruno Lima de Freitas, graduando em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE), apresenta uma discussão sobre a exposição Jardim das Memórias como uma iniciativa cultural do programa Ponto de Memória, afim de compreender a mobilização do passado e da memória como uma atitude decolonial que visa a superação de estigmas de marginalização impostos à comunidade do Grande Bom Jardim. Dessa forma, o autor faz uma reflexão importante e necessária sobre a prática sociomuseológica na busca pela construção de um passado próprio, mobilizando os moradores e sua memória, constituindo-se como uma ação decolonial.

O texto de Ayrle Alves de Figueiredo, graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Ana Victória de Medeiros Oliveira, graduanda em Licenciatura em História - UFCG, *Cultura material e conexões sociais: as mulheres nos inventários de Cajazeiras, Paraíba (1876 - 1901)*, por sua vez visa abordar os espaços de sociabilidade de mulheres em Cajazeiras, Paraíba. A documentação utilizada para atingir tal finalidade são os inventários *post mortem*, que fornecem, segundo as autoras, um leque de discussões para se compreender a passagem para o século XX. Com isso, as mudanças nas relações de gênero existentes na sociedade abordada.

O artigo *Ensino de história com o uso de jornais: abordagens para uma educação patrimonial emancipadora* do autor Daniel Augusto Pereira Marcilio, mestre em Comunicação Social e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduado em História pela mesma universidade, apresenta uma discussão a respeito do uso de fontes midiáticas para o processo de aprendizagem escolar. Para isso, é realizada uma discussão sobre o conceito de educação e o debate sobre educação patrimonial com o uso de jornais em sala de aula. Dessa forma, o

artigo aborda possibilidade do uso de jornais no ensino, e a partir disso a construção do conhecimento histórico escolar com a utilização dessas fontes como documento histórico.

Abrindo a seção livre temos o artigo *Mananciais aquáticos, sujeitos sociais e a produção do espaço em Feira de Santana (1930-1945)* do mestrando em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes, discute a importância dos mananciais aquáticos para a população de Feira de Santana. Essas águas que integraram as alterações adicionadas a paisagem da cidade se relacionando com a produção do espaço e carregam as memórias de pessoas comuns. Dessa forma, o autor ressalta as atividades laborais, de sociabilidade e lazer nos tanques partindo da produção do espaço urbano.

O artigo *Os espaços sonoros: feira, ruas, bares, laçeres informais (Cuité-PB, 1960 a 1980)*, de Israel da Silva Araújo, mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), trata de um recorte temático fértil em termos de reflexões teóricas. Procura reconstituir a paisagem sonora de uma cidade paraibana a partir dos relatos de memorialistas, historiadores e músicos locais, encadeando tal elaboração com reflexões de caráter historiográfico, a fim de capturar os significados subjacentes às sonoridades que se expressam no lazer da cidade, particularmente nos locais indicados no título. Ademais, o artigo trata de um período em que as manifestações populares que produzem essa paisagem sonora não estavam amarradas às normatizações impostas pelas formas de sociabilidade modernas. Desse modo, o autor põe em evidência precisamente as formas mais espontâneas de manifestação, em confronto com as expressões padronizadas e higiênicas das elites que, em momento posterior, aspiram exibir um comportamento moderno e concebem o popular como ameaça. Vale percorrer com o autor as ruas de Cuité enquanto se ouve o vozerio das feiras e a musicalidade dos artistas.

“Eles foram atrás de Lu”: conflitos e visões de mundo numa questão entre a antropologia da saúde e da religião no semiárido nordestino”, escrito por Alexandre Gomes Teixeira Vieira, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da

Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE), discute acerca da atuação de uma rezadeira em seu município, Vale do São José, e todos os entraves gerados por diferentes discursos em torno da mesma questão, a saúde. O texto nos mostra como algumas práticas de cura tradicionais envolvendo o mítico, a religiosidade, entram em embate com os discursos da saúde institucionalizados, uma vez que demonstram interesses, construções sociais e culturais distintas.

O próximo artigo apresentado se consiste no texto *O continente e o Prata: a ascensão do pensamento republicano nas fronteiras entre a história e a literatura* de Gabriel Pereira da Silva, graduado em História pela Universidade Franciscana e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Em seu artigo Gabriel busca abordar os aspectos referentes ao processo de formação do território sul-rio-grandense a partir da integração com a historiografia platina e o diálogo entre História e Literatura, tendo como ponto de partida o primeiro livro da trilogia *O tempo e o vento*, do escritor Érico Veríssimo.

Finalizando a seção livre o artigo intitulado *Entre cidade, letra e ciência: a literatura de Aluísio de Azevedo como interpretação sociocultural da espacialidade*, Giovana Meireles da Rosa Carlos, licenciada em História e mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, aborda a construção literária da espacialidade urbana carioca de fins do século XIX a partir do romance *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo. Centrada no conceito de cortiço, a autora propõe uma interpretação da linguagem empregada na obra, permeando o imaginário social do Brasil na virada do Oitocentos para o Novecentos: “evolucionismo social, racismo científico e determinismo geográfico” são eixos basilares da construção e do uso do conceito de cortiço e da linguagem utilizada por Azevedo em seu romance.

Por fim, o dossiê temático *Memória, Patrimônio e usos do passado* apresenta uma entrevista inédita discutindo a Memória e seus usos. A entrevista intitulada *Memórias e Usos do Passado: narrativas em disputa* a Equipe Editorial da Revista Espacialidades entrevistou por escrito a professora Dr^a Caroline Silveira Bauer, da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A professora Bauer desenvolve projetos no Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa) atuando com intervenções no âmbito da história pública. Nessa entrevista Bauer dialoga com questões relativas a disputas de memória e patrimônio histórico, além de discutir a respeito das mudanças a respeito dos usos políticos e de memória sobre a Ditadura Civil militar brasileira (1964-1985) e seus efeitos na educação.

A Editora Chefe e a Equipe Editorial da Revista Espacialidades desejam a todos (as/es) uma excelente leitura,

Prof^a Dr^a Fabíula Sevilha

**Editora Responsável da Revista
Espacialidades.**

Ana Lunara da Silva Morais

Andressa Freitas dos Santos

Douglas André Gonçalves Cavalheiro

Emmily Keturyn Moreira da Paschoa

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Guilherme Garcia Galego

Luana Barros de Azevedo

Luíza Vieira Cavalcanti

Italo Leonardo de Lima Queiroz

Octávio Becker Neto

Rafael Fiedoruk Quinzani

Rannyelle Rocha Teixeira

Talita Alves da Cruz

Equipe Editorial da Revista Espacialidades

